



#OCUPEACIDADE

+ direitos + democracia + participação

PACTO PELA JUVENTUDE 2016

Histórico

O Pacto pela Juventude é uma proposição das organizações da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), para que os governos federal, estaduais e municipais e parlamentares destes três níveis se comprometam com as políticas públicas de juventude, em suas ações e programas, e para que candidatas(os) aos cargos eletivos incorporem, em suas plataformas eleitorais, demandas da juventude brasileira.

A primeira edição do Pacto aconteceu nas eleições municipais de 2008 e continuou nos anos seguintes 2010, 2012 e 2014. Neste ano, a edição do Pacto se organiza com o intuito de estabelecer compromissos que relacionem pautas globais e nacionais com as políticas em cada contexto e município. Por esse motivo, os eixos de compromisso apresentados nessa carta de intenções buscam articular as propostas prioritárias da 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2015, com as políticas públicas nos territórios: com as demandas das juventudes do campo, das cidades, das florestas e das águas.

A 3ª Conferência, que teve como tema *“As várias formas de mudar o Brasil”* e mobilizou cerca de 600 mil jovens em todo o país, foi organizada com o intuito de garantir a diversidade de expressões e identidades das(os) jovens em suas ambíguas e distintas trajetórias; a radicalização da participação; a valorização e potencialização de iniciativas de redes e coletivos nos territórios; e uma disputa de imaginários sobre um Brasil livre dos racismos, da homo-lesbo-transfobia e do machismo.

Nesse percurso, as(os) participantes da 3ª Conferência formularam propostas - em um processo que envolveu etapas livres, etapas municipais e estaduais, etapa de povos e comunidades tradicionais e uma plataforma digital - que se transformaram em subsídios para o Plano Nacional de Juventude. A definição de pautas políticas pela Sociedade Civil foi fundamental para a incidência e o encaminhamento de propostas prioritárias, com foco nos eixos de **participação, território e segurança**. As três prioridades foram: (i) o enfrentamento à redução da maioria penal e o real cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente como a mais apoiada; (ii) o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, com o reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais; (iii) a implantação do Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de políticas de juventude, nas três esferas administrativas.

O desafio de ocupar a cidade e a democracia por mais participação e mais direitos

No entanto, em um caminho radicalmente oposto a esse desenvolvido nessa última Conferência, de ampliação da participação, de busca por mais direitos e a construção de um novo ciclo de Políticas Públicas de Juventude no país, essa atual edição do Pacto acontece em um período difícil da história brasileira, marcado por um processo de ruptura democrática. Passamos por um golpe parlamentar e o fruto disso é um governo interino e ilegítimo, com uma condução política que se orienta por uma agenda que não venceu as eleições em 2014, com o rompimento com a Constituição de 1988 e os seus marcos de garantia de direitos e a proteção social e com uma desorganização e desestruturação das políticas de participação social e das políticas para as mulheres, igualdade racial, juventude e direitos humanos.

Junto a isso, esse Pacto também se realiza com as perspectivas de diversas mobilizações ao redor do país, com as atitudes de pular catracas pela tarifa zero e a ocupação de espaços públicos; a construção de saraus e resistências nas periferias; a ocupação das ruas com as marchas das margaridas, das mulheres negras e do empoderamento crespo; a ocupação das escolas de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Goiás etc; as resistências de lésbicas, gays, bissexuais, mulheres trans e homens trans nos modos de viver e amar.

O sentido estratégico desta edição do Pacto pela Juventude é, portanto, o de impulsionar as mobilizações juvenis por mais direitos e liberdades e cobrar das instituições brasileiras, dos partidos políticos e das candidatas e candidatos um compromisso com essas ações e com as agendas e demandas que nelas se originam.

Apoiar e fortalecer as propostas que ou nascem das ruas ou nelas encontram sua força e legitimidade é hoje, mais do que nunca, um compromisso de luta pela democracia, duramente atingida pelo golpe que cancelou a soberania popular manifestada em 2014. Nos empenharemos em fazer dessas eleições

municipais muito mais do que uma mera discussão sobre formas distintas de gerir uma prefeitura, transformando-se em um primeiro momento de retomada democrática, com a discussão de projetos de cidade e de sociedade que queremos, e de qual é o papel da juventude nesses projetos.

Para isso, é de crucial importância discutirmos a questão do direito à cidade como um direito humano fundamental para os povos em geral e para a juventude em particular. As cidades são hoje o território privilegiado de expansão do capitalismo financeiro e de retomada da agenda neoliberal, com a privatização cada vez maior dos espaços públicos e dos direitos de moradia e de ir vir, resultando no encarecimento do custo de vida e na produção de cidades desiguais.

Nesse projeto excludente, o que resta à juventude em geral, e em especial à juventude que mora nas periferias, é ficar confinada a uma dinâmica de casa-escola-trabalho, sem poder viver a cidade em sua plenitude, sem ter lazer, acesso à esporte e à cultura, sem poder produzir novos desejos e sonhos em encontros múltiplos e diversos que a cidade propicia.

Além da frustração de não ter acesso a tudo que a cidade promete e oferece e, ao mesmo tempo, saber que os mais ricos podem usufruir dessa dimensão criadora do espaço urbano, a juventude das periferias, sobretudo a juventude negra, ainda sofre com a violência estatal institucionalizada. Esta se apresenta nas escolas que não aceitam as particularidades de cada jovem, que pertencem a “tribos” e territórios diferentes, com linguagens e demandas em constante mutação e se apresenta, principalmente, na ação repressiva da polícia militar, que segue pondo em prática no país inteiro um verdadeiro genocídio da juventude negra.

Contra isso, defendemos que as juventudes ocupem as cidades em sua totalidade, produzindo cultura e política com sua diversidade inundando as ruas, os muros, os parques e as praças, e retomando terrenos vazios ou ocupados pelo capital para que se transformem em espaços públicos, tais como viadutos e prédios ociosos.

Mais do que isso, defendemos ainda que as juventudes ocupem a própria institucionalidade das cidades, criando um novo municipalismo participativo que radicalize a democracia. A política nas cidades é aquela que deveria permitir um maior grau de transparência e participação, com possibilidades de acompanhamento cotidiano e *in loco* das políticas públicas e das decisões da prefeitura.

É urgente a reinvenção da democracia participativa como parte de uma retomada da soberania popular no Brasil, como parte do processo de defesa dos direitos consagrados na Constituição de 1988, perigosamente ameaçados. Mas um tipo de defesa que não olha só para o passado, e sim que projeta um novo futuro para a democracia e para as juventudes no Brasil.

Compromissos:

Com a intenção de ocuparmos ainda mais a cidade e a democracia para garantirmos mais direitos e mais participação, apresentamos os compromissos da quinta edição do Pacto pela Juventude, para serem assumidos pelas candidatas(os) de todo o país:

Eixos:

1. Participação

Implementar, inovar e fortalecer os mecanismos de participação social, transparência e controle da gestão pública, bem como propor novas formas e espaços para ampliar a participação da juventude nos temas de governo tanto relacionados a ela, quanto à sociedade no geral. Fomentar a criação e fortalecimento de conselhos municipais de juventude, apoiando instrumentos e plataformas de caráter deliberativo. Encaminhar processos para a construção de um Plano Municipal de Juventude e de um fundo para o financiamento das políticas e programas realizadas nos municípios.

2. Educação

Construir e cumprir as diretrizes e metas do Plano Municipal de Educação, que tenha como referência o Plano Nacional de Educação, observando a elevação da escolaridade e a erradicação do analfabetismo. Reformular o Ensino Básico e Médio desde a matriz curricular à formação de professoras(es), implementar as leis 10639/03 e 11645/08 do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como: diversidade sexual, gênero, igualdade, justiça social e liberdade. Garantir o atendimento universal à educação infantil e participar diretamente da criação e ampliação de espaços de formação profissional e tecnológica gratuita, na cidade e no campo. Investir numa educação aliada à ciência e tecnologia desde as séries iniciais do ensino fundamental, garantindo estrutura física adequada nas escolas e formação continuada para professoras(es) e servidoras(es), garantindo condições de trabalho e salários dignos.

3. Trabalho

Enfrentar o desemprego e subemprego juvenis por meio da criação e ampliação dos programas públicos de inserção juvenil no mercado formal de trabalho, de forma produtiva, adequadamente remunerada, viabilizando a autonomia econômica e fomento do cooperativismo, com condições de liberdade, equidade e segurança, garantindo uma vida digna, contribuindo para a conciliação com estudos e a família e ampliando a cobertura da rede de proteção social.

Fortalecer os empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade, bem como, incentivar a formação de novos coletivos visando a promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude.

4. Diversidade

Garantir a efetiva formulação e implantação: 1) do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, respeitando as decisões das Conferências Municipais /Regionais LGBT de 2011 e 2015, elaborando-o em conjunto com a sociedade civil e destinando orçamento para a execução de suas políticas e programas, observando a urgência de uma rede de proteção e promoção à cidadania LGBT; 2) da Coordenadoria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, dentro da estrutura do Executivo, com orçamento próprio; 3) do Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com, no mínimo, representação paritária entre sociedade civil e governo.

Construir um Plano Municipal de enfrentamento à Intolerância Religiosa, com políticas que combatam o racismo e garantam a liberdade de culto, crença e consciência e a plena efetivação do Estado Laico.

Implementar, fomentar e garantir a capacitação e formação de profissionais de educação, da saúde, assistência social, segurança pública e profissionais do Direito, sobre diversidade religiosa, sexual, étnica e identidades de gênero garantindo o enfrentamento ao racismo, LGBTfobia e todas as formas de violência e discriminação promovidas pelo Estado.

5. Saúde

Implantar o programa de saúde da Juventude, orientada pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com uma busca pela saúde integral e o amplo acesso de jovens rurais e de comunidades tradicionais. Ampliar a aquisição de ambulâncias e do quadro médico, para atendimento específico de urgência e emergência. Fortalecer a política de redução de danos para usuáries(os) de drogas, o enfrentamento da mortalidade materna juvenil e a “juvenização” e “feminização” da AIDS e garantir a plena efetivação do Plano Nacional de Saúde da População Negra. Promover a intersetorialidade das políticas de juventude, saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos, entre outras.

6. Cultura

Implementar políticas municipais que ampliem e popularizem o acesso à cultura e ao lazer, criando novos espaços de fomento, produção, desenvolvimento e interação entre as(os) jovens, valorizando e integrando os espaços já existentes, principalmente nas periferias. Construir equipamentos públicos que articulem programas de diferentes pastas dirigidos a jovens, com a democratização da gestão para que se adequem

as práticas e realidades de cada local. Garantir a transparência na realização de eventos e festivais públicos, na gratuidade e descentralização desses espaços, bem como a valorização da produção local. Implementar e/ou ampliar da rede wi-fi livre de dispositivos tecnológicos na cidade.

7. Promover o direito à comunicação

Implementar políticas que garantam o direito humano à comunicação, assegurando a pluralidade de ideias e opiniões dos diferentes grupos sociais e culturais, através de ações que garantam o acesso à informação, às tecnologias de informação e comunicação, priorizando tecnologias livres, padrões abertos e conteúdo regionalizado, além da produção de mídia e difusão dos conhecimentos, tendo como exemplo, o acesso à internet em espaços públicos.

Estimular o tema “Comunicação Social” no ambiente escolar, incentivando a comunicação social/educomunicação como tema transversal, com projetos, aprimorando a infraestrutura de comunicação na escola.

Criar programa nos moldes das casas digitais e telecentros, associado a um espaço virtual, que promova e garanta a acessibilidade e a inclusão digital nas áreas urbanas e rurais, com capacitações que trabalhem software livre, aspectos sociais e culturais e com monitoras(es) permanentes no apoio das atividades.

8. Esporte

Construir, reformar, ampliar, requalificar e manter equipamentos e espaços públicos para a prática de esportes, como por exemplo: parkour, skate, patins, bikefreestyle, etc, além de ocupar e divulgar esses espaços de esporte e lazer, garantindo a acessibilidade adequada às pessoas com deficiência, com prioridade nas áreas de maior vulnerabilidade social e de alto índice de extermínio da juventude, com profissionais capacitadas(os) e habilitadas(os) para atendimento nos horários compatíveis com o horário livre das(os) trabalhadoras(es) jovens. Desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta. Implementar, fortalecer e qualificar o esporte na escola, ampliando a participação de estudantes e da comunidade, com a funcionalidade da escola como equipamento esportivo.

9. Meio Ambiente

Combater o uso e abuso dos agrotóxicos, fortalecendo a sustentabilidade através da agroecologia, por meio de programas sociais para a agricultura familiar e a Juventude Rural, com ênfase na compensação econômica em contrapartida à preservação ambiental, assistência técnica, acesso ao crédito e Reforma Agrária.

Priorizar, numa administração sustentável e que respeite o meio ambiente, os produtos orgânicos nas aquisições de alimentos pelos órgãos governamentais; bem como fomentar práticas agroecológicas a partir da organização de jovens com implementação de hortas comunitárias, quintais produtivos, em escolas, terrenos sem uso, espaços públicos, praças rurais e urbanas. Instalar tecnologias alternativas, como exemplo: cisternas de placas, biodigestor, filtros biológicos, canteiros econômicos e coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Implantar e ressaltar a importância da educação ambiental nos níveis básicos da educação.

10. Território e mobilidade

Implementar políticas de mobilidade que garantam melhoria das diversas modalidades de transporte, com a gratuidade para estudantes no sistema de transporte público municipal para o acesso à cultura, lazer e educação na perspectiva das cidades educadoras, que garantam uso de bicicletas como meio de transporte para uma cidade saudável e sustentável pensando a malha cicloviária interligada a outros modais; que garantam transporte público de maneira adequada no período noturno e aos finais de semana e que forneçam um transporte público de qualidade conforme as demandas e especificidades do meio rural.

Criar ações que garantam a permanência e a sucessão da juventude no campo e os direitos das comunidades tradicionais, sobretudo, oportunizando melhores condições de trabalho e geração de renda, o

acesso à educação e a equipamentos públicos e a valorização da sua cultura, patrimônio material e imaterial, e territorialidade.

Criar e implementar uma fundo de mobilidade para todas(os) jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público, gratuito, de qualidade, e acessibilidade em toda a frota. Revisar contratos e planilhas de custo e benefícios das empresas de transporte coletivo, com o acesso dessas informações para a população por meio de auditorias públicas.

Construir políticas integradas de moradia, saneamento, energia, mobilidade e gestão territorial, tanto no campo quanto na cidade, tendo em conta as necessidades de equipamentos públicos, comunitários, de cultura, esporte e lazer, considerando o recorte da juventude.

11. Segurança e paz

Enfrentar o genocídio da juventude negra, construindo – em diálogo com o Estado e a União – um Plano Municipal de Redução dos Homicídios dessa população, com propostas de diminuição radical da letalidade da polícia, a promoção de segurança preventiva, a superação do racismo, sexismo e preconceito geracional, a formação qualificada e continuada dos agentes policiais e a implementação de políticas de controle social da ação policial como ouvidorias e corregedorias independentes com participação popular.

Garantir a acessibilidade à justiça e implementação no âmbito municipal de Conselhos de Segurança Comunitária, com a participação de jovens nas formações, capacitações e qualificação dos agentes de segurança pública, garantindo os princípios pautados na Declaração dos Direitos Humanos.

Recusar as propostas de redução da maioria penal e cumprir efetivamente o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude. Construir políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia e fortalecer políticas e programas de atenção às jovens mulheres em situação de violência e vulnerabilidade.

**EU ME COMPROMETO COM O PACTO PELA JUVENTUDE 2016 - #OCUPEACIDADE
POR MAIS DIREITOS, MAIS DEMOCRACIA E MAIS PARTICIPAÇÃO**

NOME DA(O) CANDIDATA(O)

CARGO

() Prefeita(o)

() Vereador(a)

PARTIDO

LOCAL E DATA

ASSINATURA